

# Desafios Éticos na Avaliação

**Letícia Sampaio Suñé**

*Comissão de Especialistas Engenharia do Mercosul*

## RESUMO

As questões ligadas aos desafios éticos são preocupações constantes nos programas de capacitação de avaliadores no sentido que não se tornem empecilho para que o processo avaliativo tenha a eficiência de análise desejada. Vários autores vem se dedicando a esse assunto e, de forma similar, organizações que cuidam da avaliação vem publicando manuais de orientação contendo princípios ou normas das práticas éticas. *Smith* (2002) fez uma revisão de uma coletânea de artigos publicados na coluna intitulada “*Ethical Challenges*”, editada por *Michael Morris* no “*American Journal of Evaluation*”, englobando o período de 1998 a 2001. Esta coletânea apresenta a descrição de 10 casos de problemas éticos em avaliação e 19 opiniões de comentaristas sobre eles. No presente artigo, são destacadas as principais questões levantadas nessa coletânea, assim como contribuições de outros trabalhos dentro do tema. Com base nesta discussão é elaborada uma síntese transportando as conclusões sobre as experiências de avaliação tratadas em múltiplos cenários, para o contexto da avaliação institucional e de cursos.

### 1. Introdução

Ética é um tema inerente a todas as dimensões do comportamento humano. À medida que a sociedade evoluiu, aumentaram as possibilidades de relações interpessoais tanto a nível profissional, quanto a nível da simples convivência em comunidade. As organizações, para serem eficientes, tiveram que criar novas instâncias administrativas, com uma multiplicidade de novos cargos e suas respectivas atribuições. Destarte, dentro de um mesmo espaço de trabalho pessoas devem buscar atuar de uma forma eficiente e cooperativa, conscientes dos seus limites, condição que já se traduz em um desafio ético. No próprio vai e vem das grandes metrópoles, onde massas humanas enfrentam de simples filas para pagamentos até aquelas extenuantes de embarque em transportes de massa, a ausência de ética condutual pode levar a confrontos e ao caos.

Em avaliação muito se tem falado sobre ética, porém duas abordagens são claras e distintas. A primeira, extremamente explorada nos manuais e seminários de treinamento de avaliadores, diz respeito somente aos aspectos comportamentais, tais como respeito ao ambiente de avaliação (instituição e pessoas), discrição nas atitudes e no trajar, distanciamento, rigor, dentre outros. A outra abordagem dos desafios éticos constitui-se em como fazer a avaliação com eficiência, seguindo os roteiros e referenciais estabelecidos previamente, tomando por base os padrões de qualidade acordados e com atenção para que fatores externos não conduzam a desvios dos objetivos a serem cumpridos. Em síntese, a ética do fazer com competência. Neste sentido, muitas publicações vêm surgindo na literatura especializada sobre o assunto.

## 2. Abordagem Recente da Literatura

*Smith* (2002) fez uma revisão de uma coletânea de artigos publicados na coluna intitulada “*Ethical Challenges*”, editada por *Michael Morris* no “*American Journal of Evaluation*”, englobando o período de 1998 a 2001. Esta coletânea apresenta a descrição de 10 casos de problemas éticos em avaliação e 19 opiniões de comentaristas sobre eles. A proposta de publicar estes casos e respostas aos mesmos teve por objetivo proporcionar um auxílio para avaliadores manterem altos padrões éticos nas suas atividades de avaliação.

Na introdução de uma e suas colunas, *Morris* (1998) escreve o texto a seguir: “Um dos mais importantes aspectos da prática de avaliação é a adesão aos mais altos padrões de conduta profissional. Todo avaliador deve exercer vigilância constante para assegurar que qualquer atitude executada na condição de avaliador represente um comportamento ético exemplar. Na prática da avaliação, o comportamento ideal ainda é freqüentemente ameaçado por uma variedade de fatores políticos, pessoais e financeiros que podem, se permitidos, comprometer o ideal e corroer os padrões éticos que devem ser mantidos, se a avaliação é para servir a seus propósitos junto à sociedade”.

O objetivo de *Smith* (2002) no seu artigo foi discutir algumas das questões importantes refletidas ou sugeridas pelos cenários e pelas análises que acompanham a coletânea de casos. Estas questões envolvem os seguintes aspectos:

- Quem cria problemas éticos?
- Os problemas éticos podem ser evitados?
- Existem soluções para problemas éticos?
- Os Princípios e Padrões adotados são suficientes para gerir um comportamento ético?
- Quais são os problemas éticos em qualquer avaliação?

Para melhor analisar os aspectos em tela, o autor trabalhou com os casos coletados e descritos no artigo. Cada caso apresenta um cenário problemático de um desafio ético não resolvido, identificado por meio do confronto com um avaliador. Dois profissionais experientes em avaliação foram questionados no sentido de fornecer recomendações sobre como os avaliadores poderiam lidar com essas situações.

Os cenários avaliados foram um programa de supervisão em escola pública, um programa comunitário residencial para doentes mentais, um programa de assistência a empregados de uma pequena firma de manufatura e um centro universitário de serviços de saúde.

De um modo geral, os desafios éticos relatados e comentados na coluna são atribuídos às abordagens problemáticas em: planejamento, coleta de dados, relato e uso da informação, possíveis violações de acordos e dificuldades políticas e interpessoais. Muitos comentaristas procuram interpretar estas situações como reflexo de ambigüidades sobre o papel do avaliador. Outros comentaristas buscam analisar melhor o fato. Eles procuram interpretar as situações como problemas comuns que podem ser lidados com tato, discernimento, negociações colaborativas e ajustes técnicos, ressaltando a importância de manter sempre os padrões

profissionais em mente. Os diferentes tons das respostas dos comentaristas podem refletir diferenças no tipo, na extensão e nas suas próprias experiências de avaliação ou, talvez, simplesmente personalidades diferentes.

Os comentaristas citam, nas suas análises, Princípios e Padrões de atuação estabelecidos em publicações sobre o assunto, tais como: integridade/honestidade; responsabilidade com o bem estar público geral; inspeção completa e contribuições claras; credibilidade do avaliador; autorização formal<sup>1</sup>.

Não existe o conhecimento, de fato, se os Princípios e Padrões citados são especialmente relevantes para lidar com os desafios éticos na prática geral de avaliação, ou se a frequência com que foram citados é um resultado dos casos particulares revistos.

Voltando aos principais questionamentos sobre os desafios éticos em avaliação levantados por *Smith* (2002), segue-se a análise dos mesmos.

## QUEM CRIA DESAFIOS ÉTICOS?

À primeira vista parece que os avaliadores não criam problemas éticos nos cenários avaliados, mas outros atores do processo os criam. Na maior parte dos casos os avaliados estão fazendo algo não ético, a exemplo de relatos imprecisos, informação suprimindo aspectos negativos, ou pressão sobre o avaliador para fazer algo não ético (distorcer um projeto, mudar o enfoque em uma coleta de dados e assumir um papel inapropriado). Sempre que o cenário é descrito de uma forma razoavelmente imparcial, existe uma tendência inicial, de parte dos comentaristas, de adotar uma postura defensiva do lado do avaliador, que é considerado como um participante injustiçado, atitude decorrente possivelmente do fato do comentarista ter, alguma vez, se defrontado com uma situação similar.

Quando a análise prossegue, entretanto, com mais profundidade, alguns dos mais experientes comentaristas recusam-se a aceitar a descrição do fato com um valor aparente, defendendo, em lugar, um futuro exame cuidadoso do contexto e do problema antes de declarar uma situação de dilema moral, o que levaria a uma análise não balanceada dos interesses de todas as partes envolvidas. Alguns sugerem que é o avaliador quem cria o problema ético por completa falta de previsão e planejamento cuidadoso ou de escolha inicial de um fraco projeto de avaliação ou, ainda, por assumir posturas inadequadas.

## OS PROBLEMAS ÉTICOS PODEM SER EVITADOS?

Parece ser um consenso entre os comentaristas que problemas éticos, tais como são, não podem ser evitados; eles aparecem continuamente na prática da avaliação.

*Schwandt* (1998) fornece argumentos para a inevitabilidade de dilemas morais. Um bom número de comentaristas concorda, entretanto, que certos problemas éticos possuem características semelhantes e podem ser minimizados através de boa comunicação e de alianças fortemente construídas no processo de avaliação.

---

<sup>1</sup> Joint Committee on Standards for Educational Evaluation, 1994; Guiding Principles for Evaluators, 1995.

*Konrad* (2000) cita também o forte planejamento e trabalho contínuo do princípio ao fim do processo de avaliação, como forma de minimizar problemas éticos.

*Morris & Cohn* (1993) fizeram um levantamento dos avaliadores que se defrontaram com problemas éticos nos seus trabalhos. Desses, 8% indicaram que a maior parte dos problemas éticos sérios apresentava-se envolvida com o vazamento de informações confidenciais. *Morris* (2000) cita que o sigilo é uma das maiores responsabilidades dos avaliadores e esta responsabilidade é freqüentemente desafiada pela abertura do processo de avaliação.

A confiança em fortes contratos é defendida, também, como meio efetivo para reduzir potenciais problemas éticos e para lidar com eles, quando ocorrerem, dentre outras medidas preventivas.

Baseado nos vários comentários, *Smith* (2002) oferece como sugestão adicional que “o melhor caminho para evitar ou tratar de uma forma produtiva de desafios éticos é contar com um grupo de avaliadores experientes”.

### QUAIS SÃO AS SOLUÇÕES PARA OS PROBLEMAS ÉTICOS?

A premissa maior assumida na coluna “Desafios Éticos” é o fato de existirem caminhos produtivos para lidar com problemas éticos na prática da avaliação.

Com habilidade em planejamento e comunicação, avaliadores competentes podem lidar com desafios éticos.

*Scheirer* (1998) faz a seguinte observação: “O importante é que alguns problemas que aparecem, em princípio, como problemas éticos, podem ser resolvidos por meio de uma larga variedade de ferramentas metodológicas e/ou melhor diagnóstico, associados ao uso dos recursos de negociação”.

Todos os comentaristas defendem que a postura de encarar e lidar com desafios éticos é perfeitamente possível.

### OS PRINCÍPIOS E PADRÕES SÃO SUFICIENTES PARA GUIAR UM COMPORTAMENTO ÉTICO?

Os comentaristas, apesar de algumas dificuldades apontadas, fazem uso intenso de Princípios e Padrões nas suas análises dos cenários, porém com diversas interpretações e aplicações. Estas ferramentas, quando utilizadas, resultam em opiniões concordantes sobre desafios éticos analisados. Ademais, vários comentaristas vão além dos Princípios e Padrões para incluir algumas considerações éticas adicionais em suas discussões que envolvam dimensões comerciais, legais e morais.

### QUAIS SÃO OS PROBLEMAS ÉTICOS EM QUALQUER AVALIAÇÃO?

Identifica-se certa inquietação nesses casos e nos comentários sobre o que se constitui um problema ético em avaliação.

*Morris* (1998) relata ter sido orientado por um proeminente avaliador para “ser cauteloso na apresentação das situações de desafios éticos que se constituem simplesmente decisões sobre metodologias”. Em essência, o ponto central é que problemas metodológicos não são necessariamente problemas morais.

De acordo com *Church & Rogers* (2006) os desafios éticos podem ser agrupados em três largas categorias: proteção das pessoas envolvidas, imunidade às interferências políticas e técnicas de levantamento de dados de qualidade.

Como discutido anteriormente, alguns comentaristas vêem os desafios como problemas principalmente técnicos, de comunicação, de administração ou problemas contratuais, que devem ser tratados com estratégias apropriadas de solução de questões desta natureza, em lugar de encarados como dilemas morais. Outros comentaristas invocam dimensões de negócios, assim como dimensões legais e morais quando se referem aos comportamentos éticos. Neste sentido, *Cooksy* (2006) afirma não surpreender o fato das perspectivas que os comentaristas oferecem nem sempre estarem de acordo. A reflexão sobre a natureza e as fontes dessas diferenças de opinião pode realçar a sensibilidade dos especialistas às dimensões éticas do trabalho de avaliação e a consciência das opções disponíveis para dirigi-lo.

Esta variação nas respostas sugere questões tais como: “Quais são as fronteiras entre esses domínios?”. Um avaliador não poderia redigir um contrato legal que viesse a ser considerado não ético se violados certos padrões? Se um avaliador jovem faz um estudo além de suas habilidades, representa um comportamento não ético (o princípio da competência) ou simplesmente inexperiência? Implica em uma avaliação falha necessariamente não ética, ou somente uma prática de avaliação fraca? O que se constitui um comportamento não ético?

Nenhum comentarista gasta muito tempo preocupando-se com essas questões abstratas. A tarefa dos comentaristas, quando confrontados com uma situação concreta e problemática, é determinar uma ação que irá promover uma prática de avaliação efetivamente ética. Ou seja, em última análise, o contexto local dentro do qual deverá ser determinada a conduta apropriada. Talvez isto sugira que os avaliadores possam engajar-se em práticas éticas sem, necessariamente, ter respostas para questões mais gerais envolvendo a natureza do comportamento moral.

Sendo assim, é possível, chegar a um profundo entendimento do comportamento ético, examinando alguns destes casos com maior detalhe. Por exemplo, o caso exemplificado por *Smith* (2002) denominado “Inspeção Delicada”, relativo a um cliente que pressiona o avaliador para redirecionar o foco da avaliação e, conseqüentemente, evitar o acesso a uma particular fonte de informação. O problematicamente ético não é a pressão exercida pelo cliente, nem, tampouco, se o avaliador concorda com o redirecionamento. O ético concerne à questão da mudança adotada, ou seja, se ela implica em melhor ou pior prática. Se o cliente estava correto e o redirecionamento elevou a qualidade do estudo, pode-se louvar o avaliador por ser flexível e reativo à contribuição do cliente e atento ao melhor desenvolvimento possível do planejamento. Por outro lado, este cenário sugere que a informação que o cliente deseja excluir possa ser crítica no programa que está sendo avaliado. Se o avaliador torna-se convencido que esta informação não era realmente importante, ele deve fazer a sua autocrítica por inexperiência ou incompetência, porém não por ser não ético. Entretanto, se o avaliador for sensível para sucumbir à pressão e, intencionalmente, criar um planejamento fraco, ele poderá ser taxado de não ético. Tomando decisões equivocadas ele não pode ser taxado de não ético, porém, sendo profissionalmente negligente ele é não ético.

Nessa instância, os comentaristas recomendam caminhos para o avaliador lidar com a situação sem redirecionar o trabalho. Ele pode justificar a decisão do não redirecionamento, citando os Princípios e Padrões de avaliação como a “Inspeção Completa” e as “Contribuições Claras”. Estes padrões são usados para definir a melhor prática. Destarte, não sugerir intencionalmente a melhor prática pode ser não ético.

Os padrões direcionam o avaliador para a prática adequada e fornecem suporte na justificativa das melhores decisões para clientes e avaliados. De curso, deve-se estar atento para evitar a violação dos princípios que asseguram os melhores procedimentos de avaliação.

Smith (2002) finaliza seu artigo com as seguintes frases:

- Não ter o conhecimento sobre o que se constitui a melhor prática é incompetência.
- Ter o conhecimento do que é a melhor prática, porém não ter o conhecimento de como realizá-la pode ser inexperiência.
- Não seguir intencionalmente a melhor prática, quando se tem o conhecimento de como realizá-la, é falta de ética.

Por meio da análise desses e de novos desafios éticos, talvez seja possível atingir um profundo entendimento das dimensões e das implicações de um processo avaliativo, com vistas a estabelecer estratégias que possibilitem utilizar as melhores práticas éticas nos diversos campos de avaliação.

### 3. Comentários

Apesar da bibliografia utilizada como base do presente texto relatar experiências de avaliação tratadas em múltiplos cenários, as análises e conclusões podem ser facilmente transportadas para o contexto da avaliação institucional e de cursos. Os problemas éticos em avaliação sempre guardam uma estreita semelhança entre si, na medida em que os procedimentos de avaliação seguem, qualquer que seja o ambiente, estratégias de atuação e bases metodológicas compatíveis.

Uma das conclusões mais importantes que se depreende dos casos apresentados é a importância da qualidade do projeto de avaliação que deve, obrigatoriamente, conter um planejamento cuidadoso. Nas análises dos comentaristas ficou fortemente enfatizado que vários problemas éticos criados por avaliadores, em determinadas situações, decorreram da falta de previsão de um adequado planejamento de execução do processo ou da escolha inicial de um fraco projeto de avaliação. Este entendimento é fortemente reforçado por *Konrad* (2000) que também se refere ao bom planejamento e ao trabalho contínuo do princípio ao fim da avaliação, como forma de minimizar problemas éticos.

Nesse ponto, é importante ressaltar que a qualidade do projeto de avaliação tem estreita ligação com a abrangência, profundidade, pertinência e clareza dos instrumentos utilizados para tal fim. Quando estes instrumentos são baseados em critérios e indicadores suportados nos padrões de qualidade estabelecidos para um

curso de graduação ou uma instituição de educação superior, constituem-se em base sólida para o desenvolvimento de um bom processo de avaliação.

Outro aspecto importante é a sensibilização e a motivação da comunidade para os benefícios da avaliação. Ao longo do texto, alguns autores citados referem-se às alianças estabelecidas entre avaliadores e avaliados como uma forma de evitar reações desfavoráveis da comunidade avaliada que possam levar, no caso das avaliações institucionais e de cursos, ao encobrimento das informações sobre a coerência entre os propósitos declarados e a prática observada. Entende-se que a mais forte das alianças é o compromisso com a qualidade, ou seja, avaliar para melhorar.

É indicado também, com relevância, que o melhor caminho para evitar ou tratar de uma forma produtiva os desafios éticos é contar com um grupo de avaliadores experientes. A experiência em avaliação permite a previsão, no desenvolvimento do processo, de situações que venham a se constituir em problemas éticos e a conseqüente adoção de medidas que contornem, naturalmente, estas situações, antes mesmo que elas aconteçam. Neste sentido, vale ainda ressaltar a importância do profundo conhecimento dos avaliadores sobre os instrumentos de avaliação e o entendimento do alcance dos critérios de qualidade com seus respectivos indicadores.

Muito propriamente, *Morris & Cohn* (1993) concluíram que a maior parte dos problemas éticos sérios apresentava relação com o vazamento de informações confidenciais. Deve haver uma séria responsabilidade com o caráter confidencial por parte dos avaliadores, que são freqüentemente desafiados à abertura do processo de avaliação antes das conclusões e do informe avaliativo final. Este desafio merece um destaque especial, tamanha a incidência com que o mesmo se repete, tanto nos casos relatados pela literatura como dos depoimentos obtidos de avaliadores no Brasil. Os conflitos decorrentes da quebra de sigilo têm origem em dois motivos:

- manifestações parciais de opiniões são extremamente perigosas dado que a impressão que se tem da qualidade de um curso ou de uma instituição pode variar fortemente do início ao fim da avaliação, na medida em que vão se incorporando os indicadores avaliados, o que leva a uma visão de conjunto, que pode ser fortemente antagônica às visões segmentadas e parciais;
- a comunidade nem sempre está preparada para ouvir determinadas manifestações sobre a qualidade do seu curso ou da sua instituição, podendo ser encaradas como uma opinião prévia do parecer final que, em caso de ter um viés desfavorável, torna-se possível gerador de conflitos que impeçam a continuidade do trabalho.

Quando as opiniões são apresentadas em relato final, convenientemente subsidiado por todos os indicadores analisados, retratam consistência e seriedade da avaliação, sendo normalmente bem aceitas pela comunidade, o que se constituirá, muitas vezes, em base para planejamentos futuros visando a melhoria da qualidade.

Enfatiza-se, todavia, que o sigilo é restrito às manifestações antecipadas de juízo de valor sobre o objeto da avaliação, não tendo nenhuma relação com as salutares reuniões, entrevistas e contatos entre avaliadores e avaliados, para o devido aprofundamento do conhecimento sobre o curso ou a instituição.

Enfim, de uma forma resumida, poderia salientar-se alguns aspectos de extrema importância que devem ser respeitados para evitar desafios éticos em avaliação, quais sejam:

- qualidade do projeto (incluindo manuais e instrumentos de avaliação) e do planejamento da execução de trabalho;
- metodologia de avaliação que toma por base padrões de qualidade de conhecimento público;
- experiência e treinamento dos avaliadores;
- completo entendimento dos avaliadores sobre o alcance do instrumento de avaliação;
- receptividade e motivação da comunidade avaliada através de alianças claras;
- consciência dos avaliadores sobre o caráter confidencial das suas opiniões.

#### 4. Bibliografia

Church, C. e Rogers, M. M. *Designing for Results: Integrating Monitoring and Evaluation in Conflict Transformation Programs*. Washington: Search for Common Ground, 2006

Cooksy, L., *American Journal of Evaluation*, 27(3), 370-371, 2006.

Konrad, E.L., *American Journal of Evaluation*, 21(2), 264-268, 2000.

Morris, M. e Cohn, R., *Evaluation Review*, 17, 621-642, 1993.

Morris, M., *American Journal of Evaluation*, 19(1), 71-72, 1998.

Morris, M., *American Journal of Evaluation*, 19(3), 381-382, 1998.

Morris, M., *American Journal of Evaluation*, 21(1), 119-120, 2000.

Scheirer, M.A., *American Journal of Evaluation*, 19(3), 385-391, 1998.

Schwandt, T.A., *American Journal of Evaluation*, 19(2), 227-229, 1998.

Smith, N.L., *American Journal of Evaluation*, 23(2), 199-206, 2002.